

***Propostas sobre Biossegurança,
Contingências, Meios Pedagógicos
e Infraestruturas para as atividades
de ensino, pesquisa e extensão,
decorrentes da Pandemia***



Diretoria Executiva

Gestão 2020 a 2021

Presidente: Edward Madureira Brasil (UFG)

1º Vice-presidente: Reitor Marcus Vinicius David (UFJF)

Suplente: Reitor Luís Eduardo Bovolato (UFT)

2ª Vice-presidente: Reitora Joana Angélica Guimarães (UFSB)

Suplente: Reitor Paulo Afonso Burmann (UFSM)

Secretário Executivo: Gustavo Balduino

Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, Educação à Distância e Avaliação, responsável pela elaboração do Relatório

- Reitora Joana Angélica Guimarães da Luz - UFSB - Presidente
- Reitora Cláudia Aparecida Marlière de Lima - UFOP
- Reitora Cleuza Maria Sobral Dias - FURG
- Reitor Dácio Roberto Matheus - UFABC
- Reitor Paulo Afonso Burmann - UFSM
- Vice-reitora Ana Lúcia de Medeiros - UFT
- Vice-reitor Walter Libardi - UFSCar
- Pró-reitor Cesar Augusto da Ros - UFRRJ/Coordenador do FONAPRACE
- Pró-reitor Charles Morphy Dias dos Santos - UFABC/Coordenador do COPROPI
- Pró-reitor Franklin Matos Silva Júnior - UFSB/Coordenador do FORPLAD
- Pró-reitor Luciano Gonda - UFMS/Coordenador do CGTIC
- Pró-reitora Isabel Marian Hartmann de Quadros - UNIFESP/Coordenadora do COGRAD
- Pró-reitora Olgamir Amancia Ferreira - UnB/Coordenadora do COEX

Colaboradores

Reitor Antonio Claudio – UFF (Coordenador do GT sobre retorno presencial)

Reitora Lúcia Pellanda – UFCSPA

Reitor Pedro Hallal – UFPel

Profa. Maria das Vitórias Sá – UFRN/COGRAD

Prof. Alexandre Marino – UFSC/COGRAD

Prof. Paula Tiba – UFABC/COGRAD

Prof. Sergio Freitas – UnB/COGRAD

Profa. Janaina Losada – UFSB/COGRAD

Profa. Vania Passos – UFT/COGRAD

Ana Livia de Souza Coimbra – UFJF/COEX

Lucilene Maria de Sousa – UFG/COEX

Flavia Ferreira Lisboa Filho – UFSM/COEX

Onireves Monteiro de Castro – UFCG/COEX

Maria Santana F. dos Santos Milhomem – UFT/COEX

Leonardo José Steil – UFABC/COEX

Fabiana Dultra Britto – UFBA/COEX

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. PROPOSTA DE BIOSSEGURANÇA	10
3. PLANOS DE CONTINGÊNCIA E PROTOCOLOS PARA IDENTIFICAR E VIABILIZAR POSSÍVEIS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DURANTE A PANDEMIA.	18
4. CENÁRIOS E MEIOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS, DE INFRAESTRUTURAS E EPIDEMIOLÓGICOS, PARA AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO PÓS-PANDEMIA	41
5. PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48
6. ORIENTAÇÕES E ESTUDOS PERTINENTES AO ENFRETEAMENTO DA PANDEMIA PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	50

APRESENTAÇÃO

Vivemos um momento único na nossa história! Uma emergência sanitária sem precedentes nos últimos cem anos da humanidade com a pandemia da COVID-19 associada ao novo Coronavírus (SARS-CoV2). Experimentamos todos grandes impactos nas rotinas e dinâmicas das pessoas e do conjunto da sociedade, sobrecarga do sistema de saúde, mortes e profunda crise econômica, tudo isso em meio a um ambiente de instabilidade política e conflitos institucionais. As Universidades Federais têm, e sempre tiveram, um papel central na observação e análise da realidade, na projeção de cenários e na proposição de políticas públicas. Esse papel se intensifica no contexto dessa pandemia. Portanto, a força da rede de Universidades Federais tem grande potencial e a missão para colaborar na previsão dos possíveis cenários, condições e características da retomada nas atividades presenciais nos seus campi. Nesse contexto, a ANDIFES constituiu um Grupo de Trabalho (GT), chamado de “GT sobre Retorno Presencial”, para trocar impressões sobre esse cenário tão desafiador, mediante uma cooperação ampla e intensa entre as Universidades Federais, articulando seus estudos já em andamento e a construção de outras estratégias na direção desse objetivo. A formação deste GT foi um dos primeiros dos muitos movimentos estruturados que a ANDIFES promoveu e organizou sobre o impacto da pandemia e suas consequências.

O “GT sobre Retorno Presencial” iniciou-se em 04 de maio reunindo os diferentes profissionais indicados pelas suas respectivas Universidades, formando um grupo diversificado e complementar com especialistas em epidemiologia, edificações e gestores acadêmicos.

Desde o início dos trabalhos do GT, a pandemia evoluiu, os conhecimentos se avolumaram, as incertezas se entrelaçaram, as expe-

riências de outros países e instituições se somaram. Com a complexificação do cenário e a perspectiva de que um retorno presencial somente parece ser possível, ao menos, depois de mais alguns meses, a ANDIFES respondeu com a formação de um movimento ainda mais amplo e profundo de discussão e construção de um plano robusto de enfrentamento do presente e do futuro, editando a Resolução da Diretoria Executiva no 01/2020. Esta Resolução dispõe sobre propostas para biossegurança, contingências, meios pedagógicos e infraestruturas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão decorrentes da pandemia e designou a Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, Educação à Distância e Avaliação para coordenar essa missão. Nesse novo contexto, o “GT sobre Retorno Presencial” direcionou seus esforços para contribuir para o sucesso do trabalho disposto na referida Resolução, encaminhando todo o trabalho realizado para ser incorporado no relatório final da Comissão.

O trabalho da Comissão iniciou em 10 de junho, com o levantamento das Resoluções e documentos elaborados pelas IFES organizados de acordo com os itens estabelecidos na Resolução da Andifes. Além da pesquisa realizada nas IFES foram consultados também trabalhos desenvolvidos por especialistas e de diversas instituições, tanto a nível nacional como internacional.

Este relatório apresenta os cinco eixos definidos na Resolução abordando o momento da pandemia e os encaminhamentos para o pós-pandemia, trazendo elementos necessários para dar diretrizes gerais sobre os desafios advindos desse momento crítico. Essas diretrizes servirão como base para as questões comuns a todas as IFES respeitando a autonomia de cada uma.

1. INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior passaram nos últimos 15 anos por um amplo processo de expansão ampliando o número de universidades federais, com consequente aumento de vagas públicas. De acordo com dados do Ministério da Educação-MEC, em 2003 havia 45 universidades federais com 148 campi em 114 municípios. Entre 2003 e 2019, em atendimento ao Plano Nacional de Educação (Lei Nº 10.172/2001) e com o advento do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estes números aumentaram em consonância com o movimento de interiorização das universidades. Neste período foram implantadas 24 novas universidades federais e 204 novos campi, o que possibilitou dobrar a oferta de vagas e elevar o número de campus de universidade federal para mais de 320 campi espalhados em centenas de municípios em todas as Regiões do País.

A necessária expansão do ensino superior federal trouxe muitos benefícios e muitos desafios. Muitos dos novos campi fazem parte da estrutura de universidades já consolidadas que possuíam apenas o campus sede, trazendo o conceito de multicampia e com isso a complexidade de gestão de unidades acadêmicas distantes das suas sedes, ampliando a necessidade de recursos para manutenção desses novos espaços de ensino superior.

O processo de expansão trouxe também impactos na economia de muitos municípios brasileiros a partir da interiorização da educação superior. A chegada da universidade no interior trouxe com ela um número significativo de servidores docentes e técnicos administrativos, bem como estudantes vindos de outras localidades para estes municípios, trazendo com isso um aumento de demanda por serviços, que vão desde moradia e alimentação até escolas e serviços diversos. Nikito et.al (2018) desenvolveu um estudo com o objetivo de avaliar o impacto da criação de novos campi de universidades federais sobre algumas dimensões do desenvolvi-

mento dos municípios onde os mesmos foram implantados, no período compreendido entre 200 e 2010, o trabalho conclui o impacto sobre a renda per capita dos municípios foi de 3,57%. Além do impacto econômico houve também um grande impacto social, como a melhoria dos índices de educação e redução das assimetrias regionais.

Com o processo de expansão veio também a necessidade de maior investimento para atender às demandas crescentes na implantação e manutenção dos novos campi, bem como na manutenção dos campi já existentes. Apesar da necessidade de maior investimento as IFES têm se deparado com um crescente corte de orçamento que vem se acentuando desde 2017 com a manutenção do orçamento do ano anterior a cada ano, essa política orçamentária fez com que as universidades venham acumulando um déficit orçamentário, criando uma situação de estrangulamento no atendimento das demandas essenciais às mesmas. É nessa situação de estrangulamento orçamentário que a pandemia pegou as IFES brasileiras, ampliando o déficit já existente com as necessidades advindas da mesma.

Ao longo dos mais de cinco meses de suspensão das suas atividades de ensino as universidades tem se dedicado ao trabalho de busca de soluções para os problemas trazidos pela pandemia, desde a fabricação de Equipamentos de Proteção Individual, testagens, atendimento nos hospitais universitários, apoio profissional aos diversos órgãos do poder público, como secretarias de saúde e educação, além dos setores produtivos através de consultorias diversas para minimizar os efeitos da pandemia sobre a economia dos muitos municípios onde essas IFES estão instaladas.

Na sequência deste relatório são apresentados com detalhe os cinco pontos estabelecidos na resolução 01/2020, por se tratar de um momento emergencial, dada a crise sanitária, este relatório pretende ser dinâmico, ou seja, muitos dos pontos trazidos aqui deverão ter uma continuidade na discussão e avaliação na medida em que novas descobertas ou novos elementos sejam trazidos para as IFES brasileiras.

2. PROPOSTA DE BIOSSEGURANÇA

Coronavírus é definido como RNA vírus causador de infecções respiratórias em uma variedade de animais, incluindo aves e mamíferos(1). Existem 7 (sete) Coronavírus reconhecidos como patógenos em humanos que, em geral, estão associados a síndromes gripais sazonais. Nas últimas duas décadas, as epidemias mais virulentas de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) tiveram origem de dois desses patógenos: a epidemia de SARS que emergiu em Hong Kong (China), em 2003, com letalidade de aproximadamente 10%(2) e a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) que emergiu na Arábia Saudita, em 2012, com letalidade de cerca de 30%(3). Ambas fazem parte da lista de doenças prioritárias para pesquisa e desenvolvimento no contexto de emergência. E agora o denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, deve ser incluído.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 9 de janeiro de 2020 confirmou a circulação do novo Coronavírus depois que o SARS-CoV-2 foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em seguida, foi publicada por pesquisadores chineses, a primeira sequência do SARS-CoV-2. Em 16 de janeiro, foi notificada caso importado da doença em território japonês e, em 21 de janeiro, foi reportado o primeiro caso importado nos Estados Unidos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional (PHEIC)(4). No final de janeiro, vários países já haviam confirmado importações de caso, incluindo Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, em 7 de fevereiro, havia 9 casos em investigação, mas sem registros de casos confirmados (5).

A velocidade de propagação de uma doença pode ser avaliada

pelo seu número básico de reprodução (R_0), definido como o número médio de casos secundários gerados por caso primário. As estimativas iniciais de R_0 para o SARS-CoV-2 variam de 1,6 a 4,1 (6,7,8). Quando comparado com a epidemia de Influenza A H1N1, em 2009, o R_0 foi de 1,3 a 1,8 (9). Isto mostra uma maior transmissibilidade do SARS-CoV-2. A predição do impacto em internação e mortalidade, porém, depende de informações sobre proporção de casos graves e letalidade, o que se torna difícil no momento devido a subnotificação e dos dados não fidedignos.

No mundo, as informações sobre o novo Coronavírus estão sendo geradas com muita celeridade. E no Brasil, o novo Coronavírus, tem servido para demonstrar a importância das universidades na geração de pesquisas e produção do conhecimento sobre o vírus, apesar da falta de recursos decorrentes de seguidos cortes no orçamento.

Com o surgimento de novos agravos torna-se necessário uma reestruturação na forma como doenças são notificadas no país. É preciso investir em um novo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) que é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I), que deve ser baseado em tecnologias mais modernas tanto para facilitar a notificação como para permitir a disseminação e análise de dados de uma maneira mais célere, aderente aos princípios da epidemiologia de precisão(10). É fundamental que o Ministério da Saúde desenvolva uma infraestrutura integrada de dados à altura da velocidade de espalhamento das doenças nesta era de alta mobilidade global, com um sistema flexível o suficiente para permitir a entrada de novos agravos, mas sem perder a estrutura existente.

Em relação à comunicação desse tipo de informação e disponibilização dos dados, o acesso por Interface de Programação de Aplicativos (API's) ao sistema de notificação é de extrema importância, dado a possibilidade da construção de relatórios automatizados para o acompanhamento temporal e espacial dos casos notificados e confirmados com o mínimo de atraso. O exemplo positivo dos canais rápidos de notificação e visualização implementados para o surto atual, reconhecidamente fundamental para as ações oportunas, deveria ser incorporado como o padrão da vigilância epidemiológica nacional.

Definição

A biossegurança compreende um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente(11).

Proposições para os Períodos da Pandemia e da Pós-Pandemia nas Universidades

a. Universidades e institutos federais deverão usar como referência os protocolos de proteção e prevenção de acordo com a OMS e aqueles definidos pelos poderes públicos constituídos, municipais, estaduais e federais, dentre outros, visando garantir o rigor técnico e científico nas ações;

b. Criação de comissões internas responsáveis pelas políticas de enfrentamento da pandemia com representantes das secretarias de saúde municipais e estaduais de saúde, quando for o caso;

c. Preparação do setor de medicina do trabalho para promoção de treinamento adequado aos servidores docentes, técnicos-administrativos e terceirizados. Oferta de treinamento aos setores de suporte,

seguindo protocolo para transporte, alimentação, higiene, biblioteca e comércio nos campi. Além disso, é imprescindível a realização periódica de avaliação, acompanhamento e fiscalização dos ambientes universitários, e a oferta de treinamento, sempre que necessário, aos atores envolvidos.

d. As instituições deverão propiciar o acesso ao serviço de referência na prevenção da COVID-19 do município para monitoramento dos casos assintomáticos e sintomáticos, com afastamento de casos suspeitos e isolamento de grupos de risco;

e. Elaboração de protocolos para uso do transporte interno e externo nas instituições, tanto individual como coletivo. Em relação ao transporte externo deve buscar a parceria com os poderes públicos municipais e estaduais e/ou privados responsáveis pelo transporte coletivo, a fim de obter a segurança devida aos usuários.

f. Garantia da oferta de insumos de higiene pessoal, como água, sabão e/ou álcool em gel 70%. Sabão e álcool em gel poderão ser produzidos nas instituições desde que garantidos recursos para isso.

g. Utilização dos sistemas de comunicação disponíveis nas instituições para divulgação das informações sobre proteção e prevenção contra o Coronavírus tanto para a comunidade universitária como para a sociedade civil;

h. Disponibilização de ambientes universitários, por exemplo, salas de aulas, laboratórios, setores administrativos e acadêmicos com ventilação natural;

i. Viabilização e manutenção de trabalho remoto para realização de atividades laborais e acadêmicas de pessoas do grupo de risco (acima de 60 anos, portadores de doenças crônicas, tratamento com imunossupressores ou oncológico, gestantes e lactantes, cuidadores de pessoas com suspeita ou com a confirmação do diagnóstico da COVID-19);

j. Acréscimo na frequência da limpeza de banheiros, salas de aulas, laboratórios, equipamentos individuais e coletivos, e de superfícies como carteiras, cadeiras, corrimãos, elevadores dentre outros;

k. Utilização na EPI's como luvas, toucas, máscaras, aventais dentre outros, de acordo com a demanda do ambiente que está sendo utilizado;

l. Utilização de escala de rodízios ou outros meios para evitar aglomerações quando houver necessidade de desenvolvimento de atividades presenciais;

m. Mesmo para ambientes onde não há aglomeração de pessoas, o distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre pessoas deverá ser prática comum a ser seguido;

n. Garantia de oferta das disciplinas quando do retorno presencial àqueles discentes portadores de deficiências que não conseguiram acompanhar as disciplinas remotamente ou mesmo àqueles que não tiveram acesso à internet ou a equipamentos adequados

o. Não obrigatoriedade do oferecimento de disciplina pelo docente e não obrigatoriedade de matrícula dos discentes em disciplinas.

Tomando-se como base os cenários remoto e presencial as propostas deverão ser:

a) Aplicáveis, com ações concretas, embasadas em metodologias e análises;

b) Sustentáveis, com ações de longo prazo e constantemente monitoradas;

c) Responsáveis, com ações focadas no bem-estar e na segurança da comunidade;

d) Transparente, com ações articuladas e com ampla divulgação.

Considerações para o retorno das atividades presenciais por fases

a. Panorama – mapeamento da pandemia para definição das prioridades. A mensuração da disseminação da doença auxilia na adoção de medidas de saúde pública

b. Plano de Ação – metodologia de identificação e monitoramento das atividades relacionadas à educação e à saúde. O PDCA (em inglês Plan, Do, Check e Action) – planejar, executar, verificar e agir corretivamente é um processo que constitui uma ferramenta gerencial utilizada por gestores de todas as áreas como subsídio à tomada de decisão.

c. Matriz de Priorização - metodologia de identificação dos cursos e períodos prioritários para reinício de aulas.

d. Protocolo - Elaboração de protocolos de reabertura com base nos dados levantados nas etapas anteriores, levando sempre em consideração a comunicação e a transparência;

e. Governança - Elaboração de um modelo de governança com o objetivo de retorno às aulas presenciais, por meio da articulação coordenada de todos os atores envolvidos.

Avaliação da distribuição da COVID-19 nas Cidades e Estados

Medidas deverão ser tomadas para a avaliação da distribuição da Covid-19 nas cidades e municípios quanto ao:

- a. Aumento do número de óbitos no município/estado;
- b. Aumento do número de casos no município/estado;
- c. Aumento na taxa de ocupação dos leitos e de UTI reservados para a COVID-19;
- d. Aumento do número de internações devido a COVID-19.

De modo a:

- a) Avaliar, quando do retorno presencial, se a migração de discentes, servidores docentes e técnicos administrativos e terceirizados tem impacto no aumento do número de casos da COVID-19 nas regiões onde estão inseridas as instituições/campi. A maioria das instituições recebem alunos de várias regiões do Brasil.
- b) Monitorar a contaminação cruzada, entre hospitais e UBS e a comunidade universitária. Desenvolver protocolo para evitar disseminação do vírus.
- c) Levantamento do perfil socioeconômico dos discentes em função de sua maior vulnerabilidade a COVID-19;
- d) Uso de pedilúvio, quando possível, – caixa que abriga uma esponja embebida em uma solução desinfetante para higienização dos pés (ideal para inativar o Coronavírus);
- e) Monitoramento de todas as residências estudantis.

Protocolos de cuidados a serem seguidos quando do retorno presencial

- Uso de máscaras;
- Higiene de mãos;
- Cuidado no compartilhamento de objetos;
- Treinamento de equipe;
- Equipamentos de proteção;
- Afastamento de grupos de risco;
- Afastamento de discentes e servidores doentes;
- Rotas definidas até as salas de aula;
- Manutenção de ventilação natural;
- Distanciamento de mesas e carteiras.

Protocolos de cuidados a serem seguidos quando do retorno gradual

- Ensino remoto;
- Dos últimos aos primeiros períodos;
- Aulas teóricas e a posteriori aulas práticas.

Turmas reduzidas para retorno presencial

- Inicialmente voltar com pequenos grupos de 5 alunos;
- Progressão: 15 alunos; 30 alunos e 60 alunos;
- Evitar a troca de alunos de um grupo no mesmo dia.

Horários reduzidos no início

- Progressão: 2h/dia, 4h /dia; 8 h/dia

Considerações Finais

Infelizmente, ainda não há evidências científicas robustas sobre o uso de medicamentos ou vacinas eficazes contra a COVID-19. Portanto, o retorno presencial deve considerar o uso de um aplicativo para mapeamento dos dados de sintomas da comunidade universitária, testagem se for o mais indicado, e a vacinação quando disponível para que as IFES para que não sejam responsabilizados pelo número do aumento de casos e óbitos que porventura venham a ocorrer após retorno presencial das atividades de ensino.

A abordagem de toda a proposta, seja remota ou presencial, deve focar na garantia da vida. Para implementação dessas propostas de retorno remoto ou presencial, faz-se necessário, e imprescindível, a disponibilização de recursos financeiros às IFES para que o retorno seja seguro, garantindo-se a qualidade no ensino.

3. PLANOS DE CONTINGÊNCIA E PROTOCOLOS PARA IDENTIFICAR E VIABILIZAR POSSÍVEIS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DURANTE A PANDEMIA.

Contextualização

Desde a segunda quinzena de março de 2020, praticamente todas as IFES suspenderam suas atividades presenciais devido às recomendações legais e sanitárias decorrentes da Pandemia do Coronavírus. Em relação aos cursos de graduação presenciais, as atividades letivas foram abruptamente suspensas, com as atividades do 1o semestre do ano recém começadas. Importante ressaltar que os cursos presenciais de graduação constituem a principal e majoritária modalidade de educação oferecida pelas IFES: mais de 1,04 milhão de estudantes matriculados em mais de 4600 cursos presenciais, em comparação a pouco mais de 79 mil estudantes em 288 cursos EaD, nas universidades federais (Censo do Ensino Superior, 2018). Assim, a suspensão de aulas presenciais da graduação teve um impacto particularmente grande no ensino superior federal. No entanto, destaca-se que as IFES mantiveram intensas atividades de pesquisa, de extensão e prestação de serviços à população nesse período, particularmente de atividades destinadas ao enfrentamento da Covid-19. Em várias IFES foram também viabilizadas colocações de grau de estudantes, incluídos os da área de saúde (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina), para que estes pudessem contribuir no enfrentamento da Covid-19, conforme estabelecido na MP 934/2020 e Portaria MEC 383/2020.

Deve-se mencionar também que na segunda quinzena de março, a maioria das IFES ainda estava finalizando as chamadas para matrículas

dos ingressantes 2020.1, processo que foi impactado pela impossibilidade de realização presencial das matrículas, particularmente das etapas relativas à verificação do atendimento aos critérios das “cotas” para ingressantes pretos, pardos e indígenas, de baixa renda e/ou de pessoas com deficiência (Lei 12.711/2012). Posteriormente, algumas universidades se organizaram para finalizar esses processos de maneira não-presencial, seja com o recebimento de documentação via internet ou por correio, mas algumas ainda seguem com pendências para finalização dos procedimentos, questão ainda mais preocupante quando somada à adesão ao SiSU 2.2020.

Já na segunda quinzena de março, o MEC publicou a Portaria N° 343/2020, logo em seguida retificada pela Portaria N° 345/2020, autorizando “(...) em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação (...)”, enquanto durar a situação da pandemia do novo Coronavírus, por um período de até 30 dias. Este prazo foi prorrogado por mais 30 dias, por duas vezes, em portarias subsequentes (Portarias MEC N° 395/2020 e N° 473/2020), até a publicação da Portaria N° 544/2020, em 16 de junho, que revoga as anteriores e já autoriza o uso de “(...) recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” nos cursos de graduação, até 31/12/2020. A Portaria N° 544/2020 já faz vinculação ao Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE N° 05/2020), ao que se refere à documentação e registro das atividades realizadas de maneira não-presencial, especialmente às aulas práticas e estágios.

No contexto acima, juntamente à avaliação e acompanhamento do comportamento da epidemia da Covid-19 no Brasil, o Colégio de Pró-reitores de Graduação das IFES (Cograd/Andifes) tem discutido intensamente as possibilidades para dar uma resposta a seus estudantes e à

sociedade brasileira, no sentido de viabilizar a continuidade de atividades acadêmicas da graduação. Com a perspectiva de que um retorno das atividades presenciais dificilmente ocorrerá ainda em 2020, devido às grandes proporções e impacto da epidemia em nosso país, temos nos debruçado sobre o Ensino Remoto Emergencial, ou propostas equivalentes, como uma possibilidade de viabilizar as atividades de graduação, de maneira não presencial, durante o período de emergência sanitária atual.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) requer um sistema educacional que forneça acesso temporário a suportes tecnológicos digitais para viabilizar o desenvolvimento do ensino e do processo de instrução e orientação, a docentes e discentes, de maneira rápida e fácil de configurar, de modo a “responder ao fechamento de escolas e universidades em tempos de crises” (Hodges, Moore, Lockee, Trust e Bond, 2020), sempre buscando manter a qualidade da formação. As ações educativas desenvolvidas no ERE permanecem vinculadas ao planejamento dos cursos presenciais, sendo uma solução temporária e excepcional à restrição social que se faz necessária atualmente. Entendemos que esta proposta não se caracteriza como Educação a Distância (EaD), uma modalidade com identidade e características bem definidas, metodologia, planejamento, programação e design próprios, em contraposição à educação presencial.

Assim, as IFES têm estudado diferentes maneiras para manter o vínculo entre a comunidade acadêmica, especialmente formas de manter estudantes vinculados à instituição, aos servidores docentes e técnicos e aos seus cursos de formação, por meio do ERE. O grande desafio é atender à demanda da continuidade das atividades, buscando garantir não apenas o vínculo, mas principalmente o compromisso da universidade pública com o direito à formação de qualidade, com a segurança à

saúde de todos, assim como buscar garantir e ampliar condições de acesso e inclusão digital aos estudantes, docentes e técnicos-administrativos, que neste momento não contam com a infraestrutura das universidades para o desenvolvimento de suas atividades e estudos.

3.1 Atividades da Graduação durante a pandemia

Em pesquisa realizada pelo Cograd com seus pró-reitores de graduação no mês de maio/2020, contamos com as respostas de 48 IFES (dentre 69 existentes). Dentre os respondentes, quase 90% havia suspenso o calendário acadêmico da graduação. No entanto, mesmo com a suspensão do calendário, algumas excepcionalidades foram definidas, como por exemplo a continuidade de estágios obrigatórios/curriculares (em 63% das IFES, desde que atendendo a condições e critérios estabelecidos), assim como de estágios não-obrigatórios (em 74% das IFES, também de acordo com critérios). Diversas IFES também permitiram a continuidade de disciplinas como os Trabalhos de Conclusão de Curso, na perspectiva de estimular o avanço acadêmico dos concluintes.

Neste questionário, também se perguntou sobre a familiaridade das IFES com EaD na graduação. Cerca de 67% das IFES oferta pelo menos um curso de graduação EaD, e mais de 82% das IFES possuem algum órgão/núcleo/secretaria para lidar com EaD. Ou seja, a maioria das IFES parece ter em sua estrutura, pessoal capacitado em EaD, e alguma instância institucional para tratar desse tema. No entanto, ainda assim, a percepção da maioria dos pró-reitores de graduação (63%) é de que os docentes de sua IFES apresentam baixa familiaridade com EaD, enquanto 34% dos pró-reitores consideram que seus docentes teriam familiaridade média com EaD. Essa percepção da demanda de formação docente para o planejamento didático e uso de ferramentas de ensino

remoto, em preparação para o Ensino Remoto Emergencial, mobilizou a maioria das IFES a ofertarem cursos de capacitação/formação nesta área (74% das IFES ofereceram e/ou estão oferecendo cursos para seus docentes).

As discussões no âmbito do Cograd apontaram estratégias que estavam sendo adotadas por um número crescente de IFES, na avaliação das condições das mesmas para aderir ao ERE ou equivalente. Esses estudos diagnósticos geralmente contemplaram a avaliação das condições dos estudantes, do corpo docente, do corpo técnico-administrativo, da infraestrutura institucional, assim como uma avaliação mais pedagógica do curso e das unidades universitárias, sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares ou optativos, no Ensino Remoto Emergencial. Embora muitas IFES já possuíssem dados sobre as condições socioeconômicas de seus estudantes, incluindo a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES (Andifes, 2018/2019), se entendeu que seria necessário um levantamento para avaliar as condições dos estudantes especificamente durante a pandemia, considerando que muitos voltaram para seus municípios e estados de origem, e também o impacto socioeconômico que a pandemia poderia causar às famílias e aos próprios estudantes, além de questões de acesso digital.

Estudos Diagnósticos de cada IFES

Utilizando-se de diferentes instrumentos e questionários adaptados às suas realidades específicas, muitas IFES realizaram levantamentos censitários ou por amostragem junto a suas comunidades. Nos grupos de gestores das IFES (pró-reitores e reitores), vários desses instrumentos foram compartilhados e disponibilizados para o uso.

a. Levantamentos sobre condições socioeconômicas, de vulnerabilidade, e de acessibilidade digital para estudantes, buscando identificar:

- Demandas de permanência estudantil no período emergencial
- Demandas de apoio psicossocial e saúde mental
- Demandas de inclusão digital - equipamentos e/ou auxílio para acesso à internet
- Demandas de inclusão digital - acessibilidade para estudantes com deficiência (PcD)
- Demandas de inclusão digital - materiais instrucionais para letramento digital de estudantes (orientações gerais e tutoriais)

b. Levantamentos sobre familiaridade, vivência e disponibilidade do corpo docente e de técnicos-administrativos para o ensino remoto, buscando identificar:

- Demandas de letramento digital para ambientes virtuais de ensino;
- Demandas de cursos e capacitações de formação docente;
- Demandas de apoio psicossocial e saúde mental aos servidores, e identificação de grupos de risco para o Coronavírus;
- Demandas de ações de orientação e capacitação aos técnicos para apoio e suporte às atividades remotas de ensino;
- Demandas adicionais de tutores/monitores para apoio acadêmico e tecnológico aos discentes, e suporte operacional aos docentes na realização das atividades didáticas remotas dos componentes curriculares ministrados.

c. Conhecimento da infraestrutura institucional para viabilizar ensino remoto:

- Demanda de núcleo/órgão/secretaria de educação à distância e/ou identificação de servidores com expertise em ensino mediado por tecnologias;

- Demanda de ambientes virtuais de aprendizagem disponíveis na instituição e para a comunidade acadêmica, de preferência gratuitos (como a RNP) e com possibilidade de ampla utilização, em termos de acesso e usuários;
- Demanda de repositórios virtuais de bibliografia e bibliotecas virtuais acessíveis aos estudantes de maneira remota;
- Demanda de equipe técnica para assessoramento e orientações, aos docentes, acerca da elaboração de material didático e planejamento de atividades para oferta de ensino remoto.

d. Mapeamento de cursos e disciplinas da graduação que possam ser desenvolvidas remotamente, nas unidades universitárias

- Estudos junto aos docentes, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e comissões de curso, para avaliar a oferta remota de:
 - Disciplinas com carga horária teórica;
 - Disciplinas com carga horária prática, possíveis de serem realizadas de forma remota;
 - Estágios obrigatórios (de acordo com portaria MEC 544 e Parecer 5/2020 CNE).

Um diagnóstico amplo e cuidadoso das condições de cada IFES para a implementação do ensino remoto, vem permitindo uma avaliação cuidadosa para tomada de decisão mais consciente dos gestores e comunidade acadêmica, quanto às estratégias e demandas necessárias para viabilizar a continuidade das atividades letivas na graduação, de maneira não-presencial, durante o período de emergência sanitária.

Ainda que com diferenças regionais, a maioria das ações das IFES têm sido no sentido de redirecionar ações de permanência estudantil (auxílio emergencial; auxílio para compra/empréstimo de equipamentos de informática; auxílio para conexão de internet; adaptar ações de suporte psicossocial e de saúde mental para atendimento remoto; en-

tre outras); de formação docente e dos servidores (letramento digital; eventos e cursos de formação docente sendo ofertados por várias IFES; novos editais para monitoria/tutoria do ERE); além de diálogo e diagnósticos específicos juntos às unidades universitárias e cursos de graduação.

De maneira mais coletiva para todas as IFES e IFs, o MEC está organizando com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa) a contratação emergencial de pacote de dados móveis para celular, para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, financiado inicialmente pela SESU e SETEC. De acordo com os levantamentos realizados pelas Secretarias respectivas, a expectativa é atender cerca de 900 mil estudantes com este programa. Embora seja uma iniciativa extremamente importante e necessária, deve-se ressaltar a limitação do atendimento a dados móveis, que requer que o estudante possua aparelho celular compatível com o uso da internet (ou a IFES necessitaria ajudar a viabilizar). Pedagogicamente, o uso exclusivo do celular para realizar atividades remotas deve limitar o aproveitamento e a participação plena em atividades acadêmicas, e o desenvolvimento de atividades que requeiram escrita e leitura de textos mais extensos, resolução de problemas, etc. Assim, estratégias de inclusão digital para o sistema federal necessitam ser ampliadas possibilitando a implementação de auxílio para subsidiar a aquisição e/ou empréstimo de equipamento, para a participação nas atividades acadêmicas de forma remota.

Adicionalmente, há uma mobilização por parte da Rede de Bibliotecas das IFES junto ao Forplad, no sentido de solicitar ao MEC a garantia de assinatura de acervos digitais e assinatura a bibliotecas virtuais, de maneira a promover o acesso remoto dos estudantes à bibliografia necessária aos estudos. A proposta é criar algo semelhante ao serviço de periódicos da Capes, por exemplo, de maneira a viabilizar um repo-

sitório conjunto de bibliotecas virtuais que possa ser acessado por todo o sistema federal de ensino, e que o MEC se responsabilize administrativa e financeiramente por este serviço.

Também sugere-se buscar, coletivamente, alguma espécie de assinatura institucional de softwares do tipo “team viewer”, que permitiriam acesso a ferramentas presentes nos laboratórios de informática, remotamente. Disciplinas que usam softwares específicos e disciplinas que usam maquinário controlado por computador (Ex.: disciplinas de robótica) se beneficiariam deste tipo de convênio, possibilitando a continuidades dessas disciplinas no ensino remoto.

e. Vivência e experimentação de atividades acadêmicas remotas na graduação, durante a pandemia de Covid-19

Ao mesmo tempo em que os gestores buscavam soluções para as limitações apresentadas anteriormente, a comunidade acadêmica questionava/pressionava sobre alguma possibilidade de manutenção de atividades acadêmicas, o que levou algumas IFES à optarem por ofertar períodos letivos não-regulares/suplementares, com ofertas de componentes não obrigatórios e de forma facultativa num primeiro momento. Por exemplo, até meados de junho de 2020, pelo menos 14 IFES já tinham aprovado em seus colegiados a oferta de um período/calendário suplementar da graduação, predominantemente com atividades e componentes optativos. Já mais recentemente, com a vivência dessa oferta de atividades remotas optativas, parte compartilhada por meio do CoGrad e Andifes, as IFES iniciaram internamente a discussão da retomada de períodos letivos regulares, interrompidos em março de 2020, ou ainda períodos suplementares adicionais, que contemplam também a oferta de componentes curriculares. Até o final de julho Cograd já acumula um número de pelo menos 48 normativas e

resoluções relacionadas ao ERE nas IFES, algumas delas com retorno remoto do período letivo de 2020.1. Ressalta-se que pelo menos 21 dessas normativas foram aprovadas em decisões colegiadas nos últimos 30 dias, de maneira que algumas IFES iniciarão a implementação dos novos períodos letivos em agosto e setembro deste ano.

Como mencionado anteriormente, parte da dificuldade de se retomar um período letivo regular está relacionado com o fato de não ter havido uma conclusão dos procedimentos de matrícula dos ingressantes de 2020.1, além das dificuldades de garantir acesso e familiaridade com as ferramentas digitais pela comunidade acadêmica.

As normativas e resoluções de ERE das IFES têm sido organizadas pelo Cograd em um repositório compartilhado com o Colégio de Pró-reitores e com a Andifes:

https://drive.google.com/drive/folders/13zGH3_LCeEcXxBajzmIybxp-sl-p1GCIY

Assim, até este momento, o Ensino Remoto Emergencial tem sido vivenciado das seguintes maneiras pelas IFES:

- Oferta de atividades acadêmicas não-obrigatórias na graduação, em caráter voluntário tanto para docentes quanto para estudantes (somente com disciplinas optativas, cursos de curta duração)
- Oferta de calendário suplementar da graduação - também em caráter voluntário, sendo possível a oferta de disciplinas e cursos optativos, assim como a oferta de componentes curriculares, em calendário mais curto (8-12 semanas)
- Retomada do semestre letivo 2020.1, interrompido em março, com a oferta de componentes curriculares teóricos e adequações possíveis de componentes curriculares práticos ao formato remoto.

3.2. Atividades da Pós-Graduação durante a pandemia

Contextualização

Desde meados do mês de março de 2020, dada a pandemia da COVID-19, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm reorganizado seus calendários acadêmicos, suspensos por conta da paralisação das atividades acadêmico-administrativas por força da necessidade de isolamento social de discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, funcionários terceirizados e demais membros das comunidades universitárias.

Nos últimos meses, muitas IFES têm discutido internamente, e algumas já adotaram, medidas para a retomada das atividades de pesquisa e pós-graduação. Esse retorno exige planejamento e adoção de medidas de biossegurança para garantir que as universidades não se tornem centros de disseminação da COVID-19, caso as atividades presenciais retornem de maneira descontrolada.

Sobre os calendários de atividades remotas de ensino na pós-graduação, uma preocupação citada de forma contundente pelos pró-reitores no COPROPI diz respeito ao cuidado que as IFES devem tomar com a possibilidade real de exclusão digital de parte da sua comunidade, impossibilitada de ter acesso às ações remotas previstas, e o quão prejudicial para a formação dos estudantes (seja de graduação ou pós-graduação) pode ser a adoção massiva de atividades de ensino remotas.

Outro questionamento surgido referiu-se a como se tratar a heterogeneidade de calendários dentro das IFES, uma vez que há casos de instituições nas quais alguns programas de pós-graduação continuaram todas as suas atividades de ensino e pesquisa, enquanto outros suspenderam todas as atividades. Algumas IFES fizeram levantamentos junto às suas comunidades para avaliar o percentual de adesão à atividades remotas em uma futura retomada das aulas. Nesse quesiti-

to, vale ressaltar o encaminhamento adotado por algumas instituições, que condicionaram a retomada das atividades de ensino na pós-graduação à adesão da totalidade dos seus estudantes. Na maioria das IFES, mesmo com o calendário letivo suspenso, bancas, orientações e supervisões de projetos têm acontecido remotamente, assim como as atividades de pesquisa e apoio administrativo das pró-reitorias.

Há IFES que já discutiram em seus conselhos superiores modelos para a retomada das aulas de forma não-presencial. Representantes do Fórum dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP) que também fazem parte do COPROPI disponibilizaram um questionário, preparado pelo fórum, sobre o funcionamento da pós-graduação e uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação durante a pandemia da COVID-19.

No âmbito do COPROPI, tem sido discutido os possíveis impactos das alterações dos calendários acadêmicos, definidos no período pré-pandêmico, para a avaliação quadrienal da CAPES (referente ao período entre 2017 e 2020). Há preocupação com a não flexibilização dos prazos anteriormente previstos, uma vez que nas instituições com suas atividades acadêmico-administrativas suspensas em virtude da pandemia da COVID-19 pode haver consequências negativas em 2020, último ano do ciclo avaliativo corrente. No entanto, algumas IFES entendem que a situação em que vivemos prejudicará por igual a todos os programas do Sistema Nacional de Pós-Graduação, e que um adiamento da avaliação quadrienal traria poucos benefícios reais. Essa questão é especialmente pertinente no que tange às ações de internacionalização, paralisadas por conta da impossibilidade de viagens para o exterior (as IFES que foram contempladas com o Projeto Institucional de Internacionalização CAPES-PrInt têm tido inúmeros problemas no gerenciamento das suas atividades planejadas em 2018 em outro cenário político-econômico).

Recentemente, a CAPES decidiu prorrogar o prazo de inserção de

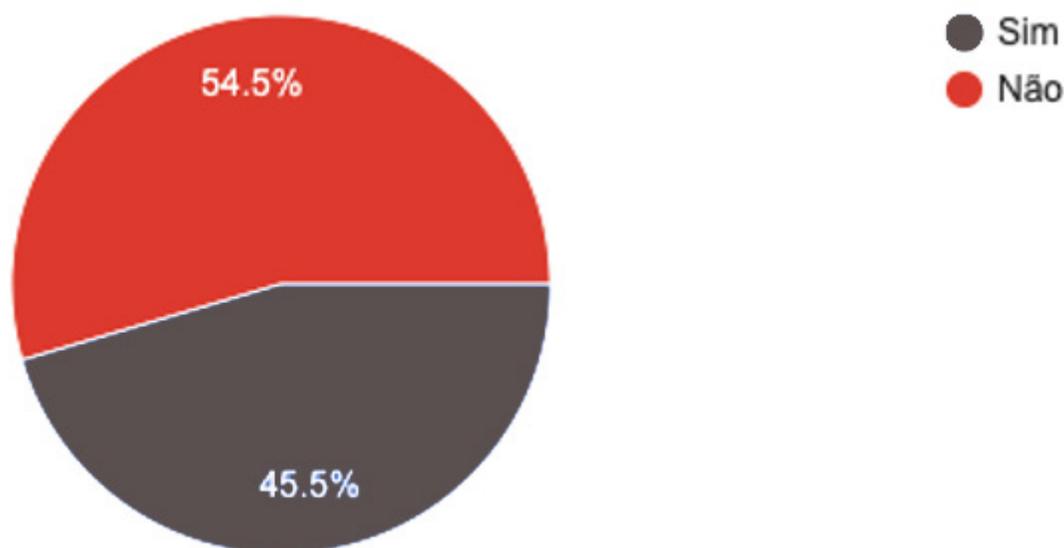
informações da pós-graduação na plataforma Sucupira para o mês de março de 2020, o que ainda não contempla as demandas das IFES, conforme supracitado.

Estudo diagnóstico das IFES

No sentido de levantar dados para um acompanhamento dos planos das IFES, o COPROPI fez um levantamento entre as IFES que têm atividades de pesquisa e ensino na pós-graduação. O levantamento foi feito no mês de junho e consolidado no início do mês de julho, 42 IFES responderam ao questionário.

Tal levantamento consistia das seguintes questões:

1. O calendário de atividades de ensino na pós-graduação da sua instituição está suspenso?



Aqui, fica claro que um número substancial de IFES estava com seus calendários de ensino na pós-graduação suspensos, o que não significa, porém, que todas as suas atividades foram paralisadas. Como outros tópicos desse levantamento mostrarão, pesquisa realizada de forma remota tem sido a tônica das IFES desde as paralisações que se iniciaram

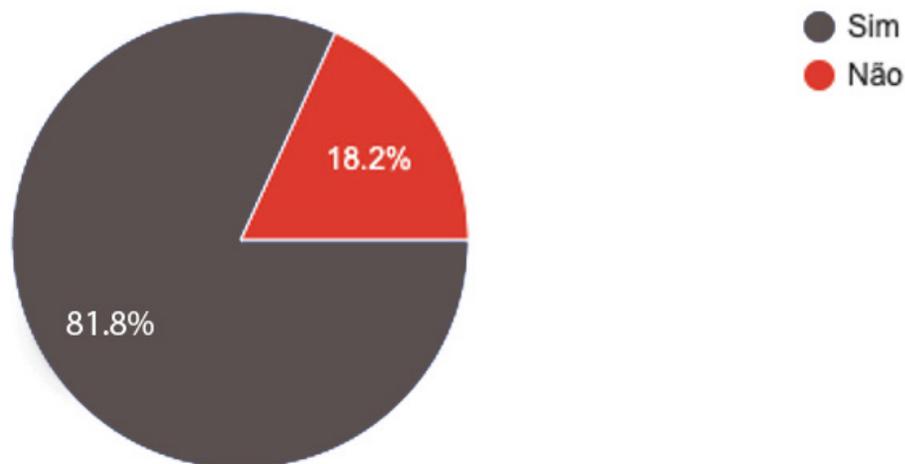
no mês de março. Algumas IFES, mesmo sem o calendário acadêmico ter sido oficialmente suspenso, tiveram suas atividades de ensino na pós-graduação paralisadas.

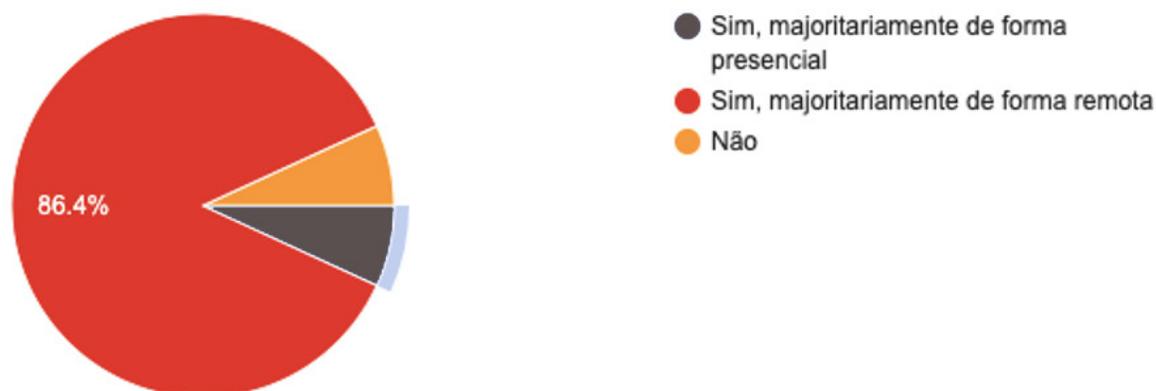
2. Se o calendário NÃO ESTÁ suspenso, que tipo de atividades de ensino estão acontecendo na pós-graduação?



As atividades de ensino na pós-graduação que continuaram no período da pandemia da COVID-19, quando ocorrem, são majoritariamente remotas, correspondendo à quase 80%.

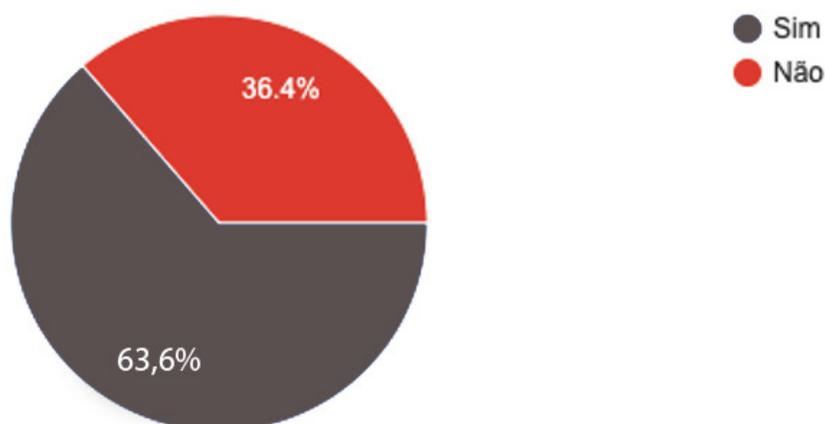
3. Se o calendário ESTÁ suspenso, estão sendo discutidas estratégias para retomada de atividade de ensino na pós-graduação?





No momento da resposta aos formulários, apenas 7% das IFES (3 instituições) declararam que as suas atividades de pesquisa estavam acontecendo de forma majoritariamente presencial. Nas discussões do COPROPI, fica claro que as soluções para a manutenção das pesquisas passam por adequações generalizadas para atividades remotas, ainda que certas áreas não tenham essa possibilidade (as que dependem de experimentação massiva, por exemplo).

6. Se as atividades de pesquisa estão acontecendo na sua instituição, há um plano de biossegurança acordado com a comunidade?



Esse dado é preocupante quando comparado às demais respostas, visto que há IFES com planejamento de retomada de atividades de pesquisa e ensino na pós-graduação e que não tem ainda definido seu

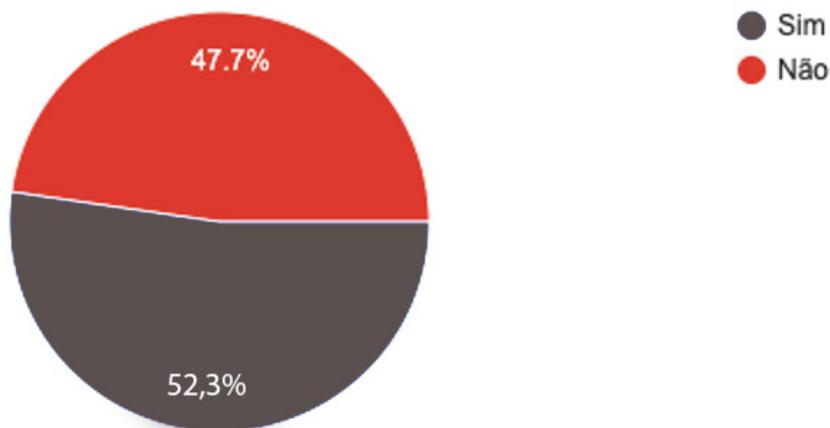
plano de biossegurança. Nesse sentido, várias IFES devem se pautar na proposta de biossegurança definida pela Andifes e nas suas proposições para os períodos da pandemia e da pós-pandemia nas IFES.

7. Se as atividades de pesquisa estão acontecendo na sua instituição, quem as está executando?



Fica claro que a maioria absoluta das atividades de pesquisa nas IFES vem sendo realizadas por docentes e discentes de pós-graduação, ainda que exista uma participação substancial também de discentes da iniciação científica.

8. Se as atividades de pesquisa estão acontecendo na sua instituição, há participação de servidores técnicos?



Uma vez que as atividades acadêmico-administrativas estão paralisadas na maioria das IFES, a baixa participação de servidores técnicos – entre eles técnicos de laboratório – acaba refletindo as dificuldades da pesquisa remota, ainda que adequações nessa prática possam ser realizadas levando em conta as especificidades de cada área do conhecimento.

Conclusões

Em linhas gerais, o levantamento das informações sobre ensino de pós-graduação e atividades de pesquisa durante o período da pandemia – e no pós-pandemia – deixa claro que as expectativas são de retomada remota e necessidade de adequação de protocolos, levando em conta planos de biossegurança, além das condições de saúde da comunidade acadêmica como um todo. Nesse sentido, as preocupações levantadas por várias IFES quanto ao ensino de graduação são também válidas para a pós-graduação.

3.3. Atividades de Extensão durante a pandemia

Introdução

Ante o avanço da pandemia provocada pelo Coronavírus, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFE) estão sendo mobilizadas a reorganizarem seus calendários acadêmicos que, em geral, foram suspensos por força da necessidade de isolamento social decorrente da Covid-19. Os estudos acerca da pandemia revelam que ela se realiza em diferentes fases e etapas e que, nesse momento, ultrapassamos os surtos localizados e nos encontramos na etapa acelerada da fase de transmissão sustentada que deverá ser sucedida pela etapa de desaceleração. Considerando que, após a desaceleração, deveremos entrar na fase de recuperação, que também ocorrerá em etapas (inicial, parcial e completa), entende-se que o retorno às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão deve ocorrer de forma planejada, levando em conta

aspectos relacionados à pandemia, às condições materiais e estruturais das instituições e de sua comunidade acadêmica e à qualidade das atividades a serem desenvolvidas.

Neste sentido, importa destacar que o retorno às atividades acadêmicas aqui anunciado deverá ocorrer em etapas, de forma gradativa, orientando-se pelo desenho da curva traçada a partir do processo de contaminação e, por isso, tende-se a um retorno por meio de atividades remotas, ou seja, com raras exceções não estão previstas inicialmente atividades presenciais (presencialidade física). A retomada às atividades presenciais, quando autorizada, ocorrerá de forma parcial até que se alcancem as condições sanitárias seguras para o retorno completo das atividades e das pessoas, conforme indicadores de avaliação de riscos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS).

Pensar como desenvolver atividades formativas estruturadas, com base na presencialidade e na convivialidade, transformando-as em atividades virtuais, tem se revelado um grande desafio, especialmente para a extensão universitária, dimensão formativa para a qual a interação dialógica e a transformação da realidade se configuram como fundantes. Por isso, para a construção de encaminhamentos adequados foram realizados seminários e reuniões entre os gestores de extensão das universidades públicas federais que compõem o Colégio de Extensão da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (COEX/Andifes). Diante da gravidade e complexidade do contexto, as reflexões coletivas realizadas indicaram a necessidade de se promover adequações às práticas extensionistas e aos processos que as envolvem, com vistas ao cumprimento da função social da universidade. Entretanto, explicitou-se que tais adequações devem observar a natureza das atividades de extensão, conforme definido pela Constituição de 1988, no Art. 207; pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012); no

Plano Nacional de Educação (2014); e nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (2018) estabelecidas pelo CNE. A necessidade de se pensar novas formas de atuação não abdica de que se persiga a qualidade da formação acadêmica construída ao longo de décadas. Nessa perspectiva, entende-se que:

1. o momento exige flexibilidade, entretanto “não se pode fazer extensão simplesmente por fazer(...). A extensão não é nem pode ser empírica, meramente prático-praticante. Necessita, indispensavelmente, partir da reflexão teórica para, então, chegar à prática, retornando depois à teoria, em um movimento dialético que adentra um mundo contraditório em constante movimento” (GARRAFA, 2020). Ou seja, as atividades a serem desenvolvidas pela extensão precisam ser propostas, tomando como base aquilo que a define como dimensão formativa da educação superior que se realiza indissociavelmente da pesquisa e do ensino.

2. A concepção de extensão prevista na Resolução 7 do CNE, segundo a qual “a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa” precisa ser observada na construção dos calendários atípicos, não sendo possível a implementação dos referidos calendários sem que se garantam condições objetivas para a realização das atividades extensionistas.

3. Os planos de recuperação das IFES, com o resguardo da autonomia das instituições, devem manter pontos de identidade entre eles, de forma que as diretrizes gerais orientem a atuação nacional, tendo em vista comporem um mesmo sistema nacional de ensino.

4. No contexto da Covid-19, o acesso universal à internet (conectividade) assume condição de necessidade humana, é pressuposto da equidade entre os sujeitos e, por isso, a necessidade de que se estabeleça uma política pública de conectividade a partir de gestões junto aos entes de Estado, com especial destaque e reforço à iniciativa do parlamento federal para a implementação de legislação que assegure o direito universal à internet. Para a extensão, a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade é parâmetro de qualificação da formação profissional.

5. Considerando que a conectividade implicará além do acesso à rede de internet, o acesso a equipamentos torna-se necessário à ampliação do repasse de recursos do governo federal (MEC) para as IFES. Tal iniciativa pode ser concretizada por meio do plano de contingência federal que prevê os recursos para o enfrentamento à covid-19 e os seus impactos sobre a sociedade.

6. Remanejamento de recursos das instituições para a estruturação das atividades remotas, aquisição de equipamentos e pacotes de dados.

7. Assegurar a qualidade das atividades desenvolvidas remotamente, destacando que, para a extensão universitária, o conceito de qualidade se referencia no social, na interação com os sujeitos e não para os sujeitos, o que implica uso de plataformas digitais que assegurem interatividade entre os participantes, sejam eles da comunidade interna ou externa à universidade.

8. Elaborar com a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica um calendário excepcional (atípico).

CALENDÁRIO ATÍPICO

1. Reconhecer o caráter excepcional do calendário atípico. Portanto, as propostas apresentadas precisam explicitar os limites dessas iniciativas e o caráter precário das mesmas de forma a não serem naturalizadas

em contextos para além de situações pandêmicas.

2. Será dividido em etapas (totalmente remoto, parcialmente remoto, presencial). Em todas as etapas deverão ser observadas as condições de saúde e as normas sanitárias previstas pela OMS/MS/SES-DF.

3. Categorizar as atividades a serem desenvolvidas como “atividades remotas”. Isto é, as atividades ofertadas no atual contexto não podem ser enquadradas como uma modalidade de ensino a exemplo da EAD. Vale esclarecer que na Resolução 7- CNE, até mesmo nos cursos de graduação realizados por EAD não se autoriza a realização das atividades de extensão à distância, elas devem ocorrer de maneira presencial. Esse dispositivo legal visa preservar a essência das atividades de extensão.

4. Reconhecer os limites impostos à interação entre os sujeitos, ou seja, as atividades remotas reduzem e comprometem os processos interativos.

5. Necessidade de se criar um plano de contingência e protocolos para identificar e viabilizar possíveis atividades de extensão durante a pandemia, reconhecendo o caráter provisório (temporário) deste plano, assim como a precariedade resultante dele.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

1. DIAGNÓSTICO

a. Mapear as atividades de extensão que possam ser desenvolvidas remotamente nas unidades universitárias.

1. Estudos junto aos Colegiados, Câmaras e aos Coordenadores (as) de atividades de extensão.

2. Mapeamento das atividades de extensão possíveis de serem realizadas a distância (remotamente) e que assegurem interação entre os participantes

2. ESTRATÉGIAS

- a. Alterações nos planos de trabalho dos projetos/programas;
- b. Adaptação de fluxos e procedimentos na tramitação de projetos;
- c. Adequações nos editais para inclusão de atividades virtuais;
- d. Implementação de tecnologias que oportunizem formas de interação virtual;
- e. Capacitação da comunidade acadêmica no uso das tecnologias remotas;
- f. Pedagogia da alternância;
- g. Incentivo a editais interunidades/interinstitucionais direcionados às demandas específicas – indução de temas;
- h. Desenvolvimento de atividades de extensão que objetivem o acolhimento da comunidade universitária, o compartilhamento das experiências e vivências do período da pandemia;
- i. Construção de redes ;
- j. Obediência às orientações sanitárias nas atividades que exigem presencialidade física;
- k. Estabelecimento de protocolos seguros para a realização das atividades com presencialidade total ou parcial que contemplem a comunidade interna e externa à universidade (EPI, álcool gel, deslocamento, transporte);
- l. Produção de material de orientação (manual);
- m. Adequação das formas de avaliação de maneira que se garanta avaliação processual adaptada ao novo contexto/ novos parâmetros;
- n. Implementação da comunicação como estratégia no acompanhamento e avaliação de respostas da sociedade às iniciativas de extensão.

4. CENÁRIOS E MEIOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS, DE INFRAESTRUTURAS E EPIDEMIOLÓGICOS, PARA AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO PÓS-PANDEMIA

Os cenários do “pós-pandemia” são projeções a médio-prazo, considerando um período em que as condições de emergência sanitária encontrem-se num patamar de redução importante no número de casos e de óbitos por Covid-19, de maneira sustentada, e considerando as orientações sanitárias federais/estaduais/municipais. O “pós-pandemia” neste caso se refere ao período após o pico da pandemia, mas ainda antes da vacinação em massa da população brasileira. Ou seja, será um período em que se poderia planejar atividades presenciais, mas com diversas restrições e limitações para a ocupação dos espaços e o trânsito de pessoas nos espaços universitários, para garantir a segurança e a saúde de toda comunidade acadêmica.

Neste período pós-pandemia, se projeta a implementação de atividades de ensino híbridas, em que o ensino remoto ainda permanece, enquanto ocorre um retorno gradual das atividades letivas presenciais. Assim, os levantamentos, estratégias e vivências de ensino remoto, mencionados no item anterior, continuam sendo necessários para esta nova fase, além de novas providências diretamente relacionadas ao retorno presencial. Além das estratégias adotadas pelas IFES com relação ao ensino remoto, num retorno híbrido e de baixa densidade, será especialmente importante considerar as condições de saúde da comunidade acadêmica, destacando os grupos de maior vulnerabilidade, pertencentes aos grupos de risco.

O planejamento do retorno, ainda que parcial, de atividades pre-

senciais, deve considerar as normas de biossegurança, e um envolvimento dos setores de engenharia e infraestrutura das universidades para identificar e verificar o atendimento das normas nos diferentes espaços didáticos e de trabalho, assim como a necessidade de adequações e reformas. Também necessário o planejamento da mobilidade e circulação humana dentro e entre os espaços universitários pela comunidade acadêmica. Ressaltamos que a velocidade para retorno presencial das IFES será diferente em cada região, cada cidade, devido a diferentes momentos epidemiológicos regionais e municipais, e também das condições de planejamento e de adequação às normas de biossegurança de cada instituição.

De maneira mais geral e de organização institucional, o planejamento do retorno presencial deve avaliar as seguintes questões:

- Necessidade de acolhimento da comunidade universitária, compartilhamento das experiências e vivências do período da pandemia;
- Planos para lidar com grupos de risco na comunidade - docentes, técnicos e estudantes;
- Definição sobre o uso de EPIs pela comunidade (quais EPIs, quem irá fornecer, qual a rotina de uso e de troca, limpeza, etc.);
- Ações para evitar circulação de possíveis portadores de Covid-19 nos ambientes universitários: aferição de temperatura da comunidade à entrada dos espaços? Ampla testagem para servidores e estudantes? ;
- Identificação dos servidores e estudantes que já tiveram a covid-19;
- Retomada dos serviços de assistência e acolhimento da comunidade acadêmica presencial (núcleos de assistência estudantil e do servidor), com manutenção de atendimento remoto, se possível;
- Planejamento da mobilidade e transporte para entrada e saída dos campi, assim como dentro dos campi;
- Sinalização horizontal e vertical dos espaços;
- Reorganização e capacitação da equipe de limpeza, com intensificação das rotinas.

Para que as pró-reitorias de graduação possam se debruçar sobre o planejamento das atividades letivas presenciais, é importante que os pontos elencados acima estejam parcial ou totalmente atendidos. Ainda, recomenda-se que as IFES incluam em suas avaliações e estratégias, questões mais diretamente associadas ao retorno presencial das atividades letivas:

- Definição da densidade adequada de estudantes por cenário didático (salas de aula, laboratórios, cenários de atuação da saúde), considerando a ventilação e o distanciamento necessário;
- Definição, por cada unidade universitária, de fases para o retorno presencial: definir quais disciplinas e atividades letivas (práticas ou teóricas), ou quais grupos de estudantes (concluintes, ingressantes, outros?) terão prioridade na ocupação dos espaços, e qual o cronograma para as fases seguintes e suas capacidades de acolhimento de pessoas;
- Avaliar a possibilidade de retorno alternado de estudantes de uma mesma turma, ou rodízio de atividades em grupos menores de estudantes, observando-se o necessário distanciamento físico;
- Avaliar possibilidade de alternativas acadêmicas e de trabalho para docentes e estudantes de grupos de risco, que talvez não possam retornar presencialmente neste momento;
- Planejamento do funcionamento das bibliotecas - considerando que os livros são manuseados e transportados para outros ambientes, há preocupação sobre o funcionamento das bibliotecas mesmo no período pós-pandemia. Reforça-se a demanda relativa à necessidade de assinatura coletiva de acervos bibliográficos digitais, para acesso a toda rede de ensino federal, já mencionada anteriormente;
- Planejamento do funcionamento de laboratórios de informática. Além da questão da densidade reduzida de estudantes nos laboratórios de informática, geralmente instalados em ambientes com baixa ventilação natural, o manuseio compartilhado de equipamentos pode

gerar uma fonte de contágio. Reforça-se a sugestão anterior, de assinatura institucional de softwares do tipo “team viewer”, que permitiriam acesso a ferramentas presentes nos laboratórios de informática, remotamente, o que reduziria a demanda pelo uso presencial dos laboratórios de informática;

- Planejamento do funcionamento de Restaurantes Universitários e moradias estudantis (horários de entrada e saída, fluxos de circulação, adequação de normas para preparo e serviço de alimentação, etc.).

A necessidade de manutenção de distanciamento social mesmo no pós-pandemia, somada à demanda reprimida formada pelos componentes curriculares que não puderam ser ofertados remotamente, trará um grande desafio para as IFES em termos de infra-estrutura e carga didática docente, provavelmente pelos próximos 2-3 anos. Será preciso re-dimensionar a quantidade de estudantes por sala, e conseqüentemente determinar a prioridade de alocação dos estudantes nas turmas. Já é evidente a preocupação com o ingresso de novos estudantes em 2021, ainda que sem definição de calendários pelo MEC (como o SiSU), uma vez que estes trarão nova demanda para um cenário já sobrecarregado.

Finalmente, também há uma preocupação sobre a forma com que a Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) vai lidar quanto aos processos de regulamentação e avaliação de cursos e das instituições, considerando-se que até o momento, a implementação do ensino remoto tem sido feita de maneira emergencial. Caso a situação de emergência sanitária no Brasil persista até 2021 ou mais, é necessário ter clareza sobre a necessidade de incorporar as alterações, ainda que temporárias e provisórias, nos documentos institucionais oficiais (Projetos Pedagógicos de Cursos, e/ou PDI/PP

O Quadro abaixo resume as demandas, desafios e soluções propostas de atividades para as etapas durante a pandemia e no pós-pandemia consideradas neste relatório

Quadro 1 – Resumo das demandas, desafios e soluções propostas

PERÍODO DA PANDEMIA

DEMANDAS	DESAFIOS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
<p>Uso de ensino remoto emergencial para dar continuidade às atividades acadêmicas durante a pandemia</p> <p>Buscar garantir o acesso do corpo discente às atividades de ensino não-presenciais, majoritariamente mediadas por tecnologias digitais</p> <p>Acesso à bibliografia básica dos componentes curriculares ofertados em ensino remoto</p>	<p>Conhecer as condições da comunidade acadêmica e a infraestrutura institucional para o ensino remoto emergencial</p> <p>Necessidade de mobilizar a comunidade acadêmica para vivências e experiências de ensino remoto, lidando com resistências entre todos os segmentos (docentes, discentes, técnicos)</p> <p>Atender a demandas de inclusão digital estudantil (equipamentos, conexão, letramento para ensino remoto), especialmente de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica</p> <p>Grande parte das IFES e IFs não possuem convênio ou assinatura de acervos digitais de bibliografia</p>	<p>Levantamentos sobre condições socioeconômicas, de vulnerabilidade, e de acessibilidade digital para estudantes</p> <p>Levantamentos sobre familiaridade, vivência e disponibilidade do corpo docente e de técnicos-administrativos para o ensino remoto</p> <p>Conhecimento da infraestrutura institucional para viabilizar ensino remoto</p> <p>Mapeamento de cursos e disciplinas da graduação que possam ser desenvolvidas remotamente, nas unidades universitárias</p> <p>Realocação de recursos PNAES e/ou outros recursos institucionais para editais de empréstimo de equipamentos; auxílio financeiro para compra de equipamento; auxílio para conexão à internet; etc</p> <p>Convênio MEC-RNP para provimento de pacotes de dados móveis para conexão à internet de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das IFES e IFs</p> <p>Possibilidade de assinatura coletiva de planos de acesso a bases digitais de bibliografia, mediada pelo próprio MEC, e/ou em consórcio firmado pelas IFES/IFs</p>

DEMANDAS	DESAFIOS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
<p>Necessidade de uso de softwares e programas especializados disponíveis nos laboratórios de informática das IFES</p> <p>Docentes de cursos presenciais com necessidade de fazer suas atividades de ensino por meio remoto</p> <p>Finalizar processo de matrícula dos ingressantes de 2020.1, assim como viabilizar as matrículas dos ingressantes do processo Sisu 2020.2</p>	<p>Laboratórios de informática sem atendimento presencial, ou com atendimento bastante limitado</p> <p>Baixa familiaridade, experiência e vivência dos docentes com EaD, ensino remoto e/ou ferramentas digitais para o ensino</p> <p>Impossibilidade de realizar matrícula presencialmente. Especialmente os processos de análise presencial das cotas</p>	<p>Assinatura pelas IFES e/ou em consórcio, de programas para acesso remoto aos computadores dos laboratórios de informática (softwares do tipo “team viewer” e equivalentes)</p> <p>Ações de formação docente para o letramento digital, ensino remoto e uso de ferramentas digitais para ensino (pela própria IFES; em ações compartilhadas por grupos de IFES)</p> <p>Alterações de procedimentos de matrícula e de verificação das cotas, utilizando matrículas provisórias (a serem confirmadas a posteriori), e/ou processos digitais de envio de documentação dos estudantes, assim como realização de bancas por meio digital</p>

PERÍODO PÓS-PANDEMIA

DEMANDAS	DESAFIOS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
<p>Manutenção das atividades letivas da graduação</p>	<p>Restrições para a ocupação dos cenários presenciais de ensino, tanto em relação à infraestrutura quanto em relação às demandas e planejamento do trabalho presencial de docentes e técnicos</p> <p>Cada unidade universitária define quais disciplinas e atividades letivas, e/ou quais grupos de estudantes terão prioridade na ocupação (limitada) dos espaços</p>	<p>Assinatura pelas IFES e/ou em consórcio, de programas para acesso remoto aos computadores dos laboratórios de informática (softwares do tipo “team viewer” e equivalentes)</p> <p>Ações de formação docente para o letramento digital, ensino remoto e uso de ferramentas digitais para ensino (pela própria IFES; em ações compartilhadas por grupos de IFES)</p>

DEMANDAS	DESAFIOS	SOLUÇÕES PROPOSTAS
<p>Planejamento para implementação do ensino híbrido, com manutenção de ensino remoto e retorno gradual e restrito de atividades letivas presenciais</p>	<p>Mapeamento de pessoas do grupo de risco na comunidade (estudantes, docentes, técnicos)</p> <p>Estabelecer normas de biossegurança que possibilitem as atividades presenciais minimizando riscos à saúde (EPIs e possibilidade de ocupação dos espaços)</p> <p>Adaptação no funcionamento dos espaços acadêmicos e universitários: salas de aula, laboratórios, restaurante universitário, bibliotecas, laboratórios de informática, espaços de assistência estudantil e do servidor; espaços de convivência, moradia estudantil</p>	<p>Propor alternativas acadêmicas (ensino remoto) e de trabalho para docentes, técnicos e estudantes de grupos de risco, que talvez não possam retornar presencialmente neste momento.</p> <p>Levantamento e planejamento de reformas necessárias para o retorno ao uso presencial dos espaços, assim como para a compra de EPIs e outros materiais necessários para garantir a segurança da comunidade acadêmica, com solicitação de recursos adicionais ao MEC.</p> <p>Estratégias de comunicação e educação para divulgação e capacitação sobre as novas normas de funcionamento dos espaços universitários, para toda comunidade</p> <p>Manter serviços de atendimento remotos sempre que possível, para reduzir algumas demandas presenciais (ex: bibliotecas digitais; atendimento acadêmico / pedagógico; laboratórios de informática com uso remoto de softwares)</p> <p>Adequação da circulação da comunidade entre os espaços internos da universidade, assim como entre os campi e mobilidade urbana</p>

5. PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os pontos apresentados ao longo deste relatório mostram a necessidade de um volume de investimentos para dar conta de todos os desafios identificados. As demandas estabelecidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, se referem ao período da pandemia quando há necessidades de disponibilidade de meios para atividades remotas e ao período pós pandemia, onde há necessidade de investimentos em itens de segurança para a comunidade acadêmica.

As principais demandas identificadas pelo conjunto de IFES dizem respeito a investimentos em Tecnologia da Informação para o período da pandemia, quando atividades acadêmicas presenciais ainda não são possíveis. As demandas elencadas vão na necessidade de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que possam ter condições de acesso aos ambientes virtuais, seja na demanda por softwares e plataformas capazes de atender às demandas de armazenamento de dados e ambiente virtual para preparo e transmissão de aulas. A demanda por acesso a ambientes virtuais está sendo encaminhada com a colaboração entre MEC e RNP na aquisição pacote de dados para distribuição entre os alunos das instituições em todo território nacional. Entretanto a demanda por softwares e plataformas para armazenamento, transmissão e preparo de aulas continua sendo uma questão a ser encaminhada.

Uma outra demanda que também faz parte do período de pandemia, onde o distanciamento social permanece diz respeito ao acesso da comunidade acadêmica a acervo bibliográfico digital, há necessidade de investimentos na disponibilização desse acervo para que as atividades

acadêmicas não sejam prejudicadas. Há uma ação iniciada no MEC, juntamente com RNP e Comissão de Bibliotecas das IFES que discute um formato de contratação desse serviço para atender ao conjunto de universidades.

Na possibilidade de retorno presencial há uma série de demandas estabelecidas para garantir a segurança da comunidade acadêmica, que vão desde a aquisição de materiais de higiene, a exemplo de álcool gel, passando pelo dimensionamento dos espaços físicos garantindo um distanciamento seguro para todos chegando à necessidade de reforço de recursos humanos para lidar com todos os elementos estabelecidos pelos protocolos de segurança que deverão ser adotados.

Com esse panorama estabelecido as IFES precisarão de aporte de recursos para, além dos encargos já existentes de manutenção e funcionamento das mesmas, dar conta dessa nova realidade que se impõe ante a pandemia. A perspectiva de corte de orçamento nesse momento coloca as universidades federais brasileiras frente a um enorme desafio que pode significar a paralização de atividades importantes, essenciais para lidar com esse momento crítico, bem continuar atividade essenciais já existentes mesmo antes da pandemia.

Analisando as demandas atuais trazidas com a pandemia e as demandas já existentes para dar continuidade a todas as atividades desenvolvidas pelas universidades, conclui-se que haverá necessidade de um aporte de recursos da ordem de 1 bilhão de duzentos mil reais valor esse, embora não resolva o déficit orçamentário ao qual as IFES vem sendo submetidas nos últimos anos, minimizará bastante a situação.

6. ORIENTAÇÕES E ESTUDOS PERTINENTES AO ENFRETTAMENTO DA PANDEMIA PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Nos quase 6 meses de suspensão das atividades presenciais nas IFES a comunidade universitária se manteve em conectada de forma virtual, através de ações que vão desde reuniões dos órgãos de gestão das universidades, passando por reuniões entre os pares para tratar de projetos diversos, defesas de dissertações e teses até a realização de eventos que se multiplicaram ao longo desse tempo de suspensão de atividades presenciais.

Passado esse tempo torna-se necessário uma avaliação sobre o momento de pandemia e o que vem depois, no momento em que houver um retorno às atividades presenciais. As necessidades surgidas e as soluções encontradas durante todo esse tempo devem servir de base para uma discussão aprofundada sobre os caminhos a serem seguidos a partir desta experiência. Alguns pontos destacam-se nesse contexto.

Fortalecimento das ações compartilhadas entre as IFES - Torna-se necessário estabelecer um processo de discussão que leve em conta a potencialidade de compartilhamento de ações e projetos no conjunto das universidades federais brasileiras. A rede de 69 IFES hoje existentes poderá se beneficiar de ações compartilhadas que podem incluir convênios de mobilidade de servidores e estudantes, utilização de laboratórios especializados e muitas outras ações que poderão ser consideradas a partir do estabelecimento de um processo de discussão.

Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – PNAES – Um dos aspectos de maior dificuldade nas IFES diz respeito ao atendimento das demandas de assistências estudantil, uma vez que os recursos advindos do PNAES têm sido insuficientes para atender a demanda crescente a

partir da ampliação de vagas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As instituições públicas de ensino superior apresentam uma demanda histórica de uma base sustentável e para a permanência estudantil. A pandemia agravou essa situação, uma vez que a decisão de retorno às atividades acadêmicas de forma remota trouxe para as instituições o problema da falta de acesso às condições necessárias por uma parcela significativa dos estudantes. A partir dessa realidade torna-se urgente uma discussão aprofundada sobre a questão da assistência estudantil nas IFES, sobre a transformação do Decreto em Lei é essencial para garantir sua continuidade e consolidação

Condições de trabalho das mulheres durante a pandemia – Um aspecto que ficou evidenciado no processo de discussão do trabalho remoto foi a dificuldade encontrado pelas mulheres da comunidade acadêmica no pleno desenvolvimento de suas atividades. No período de normalidade tem-se a impressão de essa é uma questão ultrapassada, entretanto nesse momento em que as crianças estão sem creches e escolas percebe-se o quanto ainda temos que discutir sobre as relações de gênero as universidades. Muitas mulheres da comunidade acadêmica, estudantes, técnicas e docentes encontram-se nesse momento incapacitadas ou com capacidade reduzida no desenvolvimento das suas atividades porque historicamente são as responsáveis pela gestão da casa, que inclui o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, em alguns casos de idosos que estão sob sua responsabilidade. Como equacionar essa questão nas IFES, esse é um tema que merece um olhar atento de toda a comunidade universitária.

Avaliação dos resultados do ensino emergencial – Com a grande maioria das IFES definindo seu retorno às atividades acadêmicas de forma remota torna-se necessário um acompanhamento dessas atividades de forma que se possa encontrar indicadores e ajustes necessá-

rios para o bom andamento dessas atividades. Trata-se de um momento ímpar, onde muitos membros da comunidade acadêmica mergulharão em um formato de aulas desconhecido ou, no mínimo, sem o preparo necessário para atuar no desenvolvimento das atividades de ensino. Levando-se em conta essa questão um acompanhamento detalhado de todo esse processo que se inicia na maioria das universidades trará uma grande contribuição para uma outra discussão se deverá se colocar na sequência, a Educação à Distância-EAD.

Educação à Distância – A pandemia fez com que as universidades suspendessem suas atividades presenciais, substituindo-as por atividades remotas, entretanto essa forma emergencial de retorno às atividades não deve ser confundida com a EaD, tema esse que necessita de uma discussão profunda sobre todas as questões pedagógicas envolvidas. Alguns dos pontos a serem levados em conta nesse processo de discussão incluem, primeiro as metodologias adotadas, as quais não devem ser confundidas com adaptações do formato presencial para o formato a distância. Segundo a qualidade de ensino, com a adoção de plataformas adequadas garantido que se possa ter aulas síncronas e assíncronas, além das condições de vulnerabilidade dos estudantes que precisarão de apoio para ter condições de acompanhamento das aulas. Terceiro a precarização da carreira docente com o aumento do número de alunos por professor ou a utilização em larga escala de materiais pré-produzidos reduzindo a necessidade de contratação docente. Esses são alguns dos pontos dentre uma série de outros que deverão estar levados em conta nesse processo de discussão. Um outro aspecto que deve ser tratado nessa discussão é a utilização do aumento de matrículas no formato EaD como forma de cumprimento das metas do PNE em detrimento das matrículas presenciais.

Brasília, 03 de agosto de 2020.

Resolução da Diretoria Executiva da Andifes nº 01/2020

Dispõe sobre propostas da Andifes para biossegurança, contingências, meios pedagógicos e infraestruturas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, decorrentes da pandemia.

A Diretoria Executiva da Andifes, reunida no dia 1º de junho de 2020, visando a subsidiar o diálogo com as autoridades e com a sociedade, bem como disponibilizar informações para as universidades federais e sistematizar as experiências sobre o enfrentamento da pandemia, e ademais:

- 1 - Considerando que, em 11/03/2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.**
- 2 - Considerando as orientações sanitárias para o enfrentamento da pandemia.**
- 3 - Considerando que pandemia impactou as atividades ensino, pesquisa e extensão nas universidades.**
- 4 - Considerando as incertezas biológicas e temporais da COVID19.**
- 5 - Considerando as especificidades das IFES.**
- 6 - Considerando a diversidade de iniciativas já implementadas.**
- 7 - Considerando os seminários e o I Congresso da Andifes.**
- 8 - Considerando a autonomia universitária.**
- 9 - Considerando a necessidade de aportes orçamentários e financeiros.**
- 10 - Considerando o caráter público, gratuito e inclusivo das universidades federais.**

RESOLVE:

1º - Designar a Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, Educação a Distância e Avaliação para, até o dia 15 de julho de 2020, propor diretrizes, ações e medidas operacionais para subsidiar a elaboração de:

- a) Planos de Biossegurança.
 - b) Planos de Contingência e protocolos para identificar e viabilizar possíveis atividades de ensino, pesquisa e extensão, durante a pandemia.
 - c) Cenários e meios didáticos e pedagógicos, de infraestruturas e epidemiológicos, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no pós-pandemia.
 - d) Orientações e estudos pertinentes ao enfrentamento da pandemia pelas universidades federais.
 - e) Plano global de investimento nas universidades federais em infraestrutura física e tecnologia da informação.
- 2º - Para a consecução dos trabalhos a Comissão de Desenvolvimento Acadêmico poderá:
- a) Convidar ou contratar especialistas.
 - b) Solicitar apoio das universidades federais.
 - c) Solicitar apoio dos Fóruns e Colégios assessores da Andifes.
 - d) Solicitar apoio à Secretaria Executiva da Andifes.
 - e) Apresentar relatórios parciais à Diretoria Executiva da Andifes.
- 3º - As contribuições das universidades devem ser enviadas para o endereço andifes.secretaria@gmail.com.

Brasília, 1º de junho de 2020


Reitor João Carlos Salles Pires da Silva
Presidente da Andifes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fehr AR, Perlman S. Coronaviruses: an overview of their replication and pathogenesis. *Methods Mol Biol* 2015; 1282:1-23.
2. Thais Waideman Niquito¹ Felipe Garcia Ribeiro² Marcelo Savino Portugal³ - Impacto da criação das novas Universidades Federais sobre as economias locais
3. World Health Organization. Severe acute respiratory syndrome (SARS). <https://www.who.int/csr/sars/en/> (acessado em 03/Fev/2020).
» <https://www.who.int/csr/sars/en/>
4. World Health Organization. Prioritizing diseases for research and development in emergency contexts. <https://www.who.int/activities/prioritizing-diseases-for-research-and-development-in-emergency-contexts> (acessado em 29/Jan/2020).
» <https://www.who.int/activities/prioritizing-diseases-for-research-and-development-in-emergency-contexts>.
5. World Health Organization. IHR procedures concerning public health emergencies of international concern (PHEIC). <http://www.who.int/ihr/procedures/pheic/en/> (acessado em 29/Jan/2020).
» <http://www.who.int/ihr/procedures/pheic/en/>
6. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). *Boletim Epidemiológico* 2020; (02). <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COE-Coronavirus-n020702.pdf>
» <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COE-Coronavirus-n020702.pdf>
7. Read JM, Bridgen JRE, Cummings DAT, Ho A, Jewell CP. Novel coronavirus 2019-nCoV: early estimation of epidemiological pa-

- rameters and epidemic predictions. medRxiv 2020; 28 jan. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.01.23.20018549v2>
» <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.01.23.20018549v2>
8. Liu T, Hu J, Kang M, Lin L, Zhong H, Xiao J, et al. Transmission dynamics of 2019 novel coronavirus (2019-nCoV). BioRxiv 2020; 26 jan. <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.01.25.919787v1>
» <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.01.25.919787v1>
9. Cao Z, Zhang Q, Lu X, Pfeiffer D, Jia Z, Song H, et al. Estimating the effective reproduction number of the 2019-nCoV in China. medRxiv 2020; 29 jan. <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.01.27.20018952v1>
» <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.01.27.20018952v1>.
10. InfoGripe. Situação da gripe. <http://info.gripe.fiocruz.br/> (acessado em 03/Fev/2020).
» <http://info.gripe.fiocruz.br/>
11. Coelho FC, Codeço CT. Precision epidemiology of arboviral diseases. J Public Health Emerg 2019; 3:1.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Biososegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação/ Ministério da Saúde, organização Pan-Americana de Saúde- Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 242p.

Reitores em Exercício

UFPE	- Alfredo Macedo Gomes
UFS	- Angelo Roberto Antonioli
UFF	- Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
UNIR	- Ari Miguel Teixeira Ott
UFOP	- Cláudia Aparecida Marlière de Lima
FURG	- Cleuza Maria Sobral Dias
UFABC	- Dácio Roberto Matheus
UNIFEI	- Dagoberto Alves de Almeida
UFV	- Demetrius David da Silva
UFRJ	- Denise Pires de Carvalho
UFG	- Edward Madureira Brasil
UFPA	- Emmanuel Zagury Tourinho
UFMT	- Evandro Aparecido Soares da Silva
UFRB	- Fábio Josué Souza dos Santos
CEFET-MG	- Flávio Antonio dos Santos
IFMA	- Francisco Roberto Brandão Ferreira
UNILA	- Gleisson Alisson Pereira de Brito
UFOPA	- Hugo Alex Carneiro Diniz
UFOB	- Jacques Antonio de Miranda
UFVJM	- Janir Alves Soares
UFSB	- Joana Angélica Guimarães da Luz
UFBA	- João Carlos Salles Pires da Silva
UFPI	- José Arimatéia Dantas Lopes
UFC	- José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque
UFRN	- José Daniel Diniz Melo
UFERSA	- José de Arimatea de Matos

UFRR	- José Geraldo Ticianeli
UFLA	- João Chrysostomo de Resende Júnior
UFAL	- Josealdo Tonholo
UNIFAP	- Júlio Cesar Sá
UFCSPA	- Lucia Campos Pellanda
UFT	- Luis Eduardo Bovolato
UTFPR	- Luiz Alberto Pilatti
UFTM	- Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo
IFBA	- Luzia Mota
UFRA	- Marcel do Nascimento Botelho
UFMS	- Marcelo Augusto Santos Turine
UFRPE	- Marcelo Carneiro Leão
CEFET-RJ	- Marcelo de Sousa Nogueira
UFSJ	- Marcelo Pereira de Andrade
UFFS	- Marcelo Recktenvald
UnB	- Márcia Abrahão Moura
UFJF	- Marcus Vinicius David
UFPB	- Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
UFAC	- Margarida de Aquino
UNIFESSPA	- Maurílio de Abreu Monteiro
UFGD	- Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFMA	- Natalino Salgado Filho
UFSM	- Paulo Afonso Burmann
UNIVASF	- Paulo César Fagundes Neves
UFES	- Paulo Sérgio de Paula Vargas
UFPeI	- Pedro Rodrigues Curi Hallal
UFRRJ	- Ricardo Luis Louro Berbara
UFCA	- Ricardo Luiz Lange Ness
UFPR	- Ricardo Marcelo Fonseca

UNIRIO	- Ricardo Silva Cardoso
UNIPAMPA	- Roberlaine Ribeiro Jorge
UNILAB	- Roque do Nascimento Albuquerque
UFRGS	- Rui Vicente Oppermann
UFMG	- Sandra Regina Goulart Almeida
UNIFAL-MG	- Sandro Amadeu Cerveira
UNIFESP	- Soraya Soubhi Smaili
UFAM	- Sylvio Mário Puga Ferreira
UFSC	- Ubaldo Cesar Balthazar
UFU	- Valder Steffen Júnior
UFCG	- Vicemário Simões
UFSCar	- Wanda Aparecida Machado Hoffmann



www.andifes.org.br

